



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Alargar o âmbito dos beneficiários do apoio económico no valor de dez mil milhões de patacas

A nova onda da epidemia está a ser feroz e a afectar a confiança na recuperação económica de Macau. Em resposta à evolução epidémica, o Governo vai já lançar sete medidas de apoio económico, com um orçamento de dez mil milhões de patacas, incluindo isenções fiscais, abonos aos taxistas para combustível, e ainda o "Plano de apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais", entre outros, a fim de ajudar a população e o mercado. Isto reflecte a capacidade do Governo em analisar dinamicamente a situação económica sob o princípio da prioridade à prevenção epidémica, de modo a "estabilizar a economia, garantir o emprego e assegurar a qualidade de vida da população".

Contudo, a situação epidémica desta vez é mais grave do que antes, o número de casos positivos continua a aumentar, e não se sabe quanto tempo durará. As medidas de prevenção, como a delimitação das zonas de código vermelho e amarelo e a proibição de consumo de refeições dentro dos estabelecimentos, afectam o negócio de muitos sectores e a subsistência dos trabalhadores. As pequenas, médias e microempresas entendem que estas medidas são necessárias, os estabelecimentos de comidas também cooperam activamente com as proibições impostas pelo Governo, cumprindo as suas responsabilidades sociais, mas as suas despesas e custos, como as rendas e os salários, não foram reduzidos por causa disso. Portanto, com a pressão na exploração dos negócios é muito grande, estas empresas esperam que o plano de apoio económico no valor de dez mil milhões de patacas possa ser implementado e distribuído mais rapidamente.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Além disso, tomando como referência o "Plano de apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais" implementado no ano passado, alguns desempregados devido à epidemia, sectores, empresas, profissionais liberais, trabalhadores domésticos a tempo parcial e cuidadores que precisam de prestar cuidados aos idosos e às pessoas com necessidades especiais na família ao longo de anos não conseguiram ser beneficiados; e alguns empregadores que abriram instituições de formação que têm licença como associações, contratam trabalhadores e entregam anualmente as suas declarações fiscais à Direcção dos Serviços de Finanças nos termos das disposições legais, mas não foram incluídos no Plano de apoio em questão. De facto, todas estas pessoas estão a enfrentar uma enorme pressão ao nível económico e dos cuidados familiares trazida pela epidemia. É necessário que o Governo pense sobre como alargar o âmbito dos beneficiários com base nas medidas existentes e sobre como reforçar a confiança da população e das pequenas, médias e microempresas no combate à epidemia.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Devido à gravidade da actual situação epidémica e ao seu amplo impacto na sociedade, as autoridades vão relaxar ainda mais os requisitos de requerimento das medidas de apoio económico no valor de dez mil milhões de patacas? Quanto aos residentes e lojistas não qualificados, mas com necessidades reais de apoio urgente, as autoridades devem analisar as situações e tratá-las, caso a caso, ajustando correspondentemente os procedimentos de requerimento e de aprovação. Vão fazê-lo?

2. A Covid-19 já dura há mais de dois anos. O surto repentino de uma nova onda



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da epidemia piorou ainda mais o ambiente de negócio das muitas pequenas e médias empresas que já vinham lutando pela sobrevivência, e que estão preocupadas com a possibilidade de serem incapazes de aguentar até à recuperação da economia e do turismo. Assim sendo, as autoridades devem tomar como referência a prática do Fundo Anti-epidemia de Hong Kong, estudar a criação de um fundo provisório para a epidemia, ao qual as empresas e os residentes afectados possam apresentar pedidos, ou lançar outros abonos como o de baixo rendimento, e aumentar os abonos para os combustíveis, água e eletricidade, entre outros, de modo a apoiar, em conjunto, empregadores e empregados ao nível da economia. As autoridades vão pensar nisto?

3. Quanto às empresas afectadas que suspenderam os trabalhos e as actividades comerciais devido às medidas de prevenção e controlo, como a quarentena, e aos residentes que não podem ir trabalhar devido à quarentena: as autoridades devem estudar e definir políticas para a atribuição de abonos e medidas para a prestação de apoio económico adequado, de acordo com o “Plano de Resposta de Emergência para a Situação Epidémica de Covid-19 em Grande Escala”, por exemplo, podem tomar como referência a prática adoptada aquando da “gripe das aves”, disponibilizar compensações adequadas ou abonos diários, para aliviar a pressão económica das empresas e dos residentes, permitindo-lhes cooperar com o trabalho de prevenção epidémica do Governo com tranquilidade. Vão fazê-lo?

1 de Julho de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Wong Kit Cheng